

Relatório Anual 2009

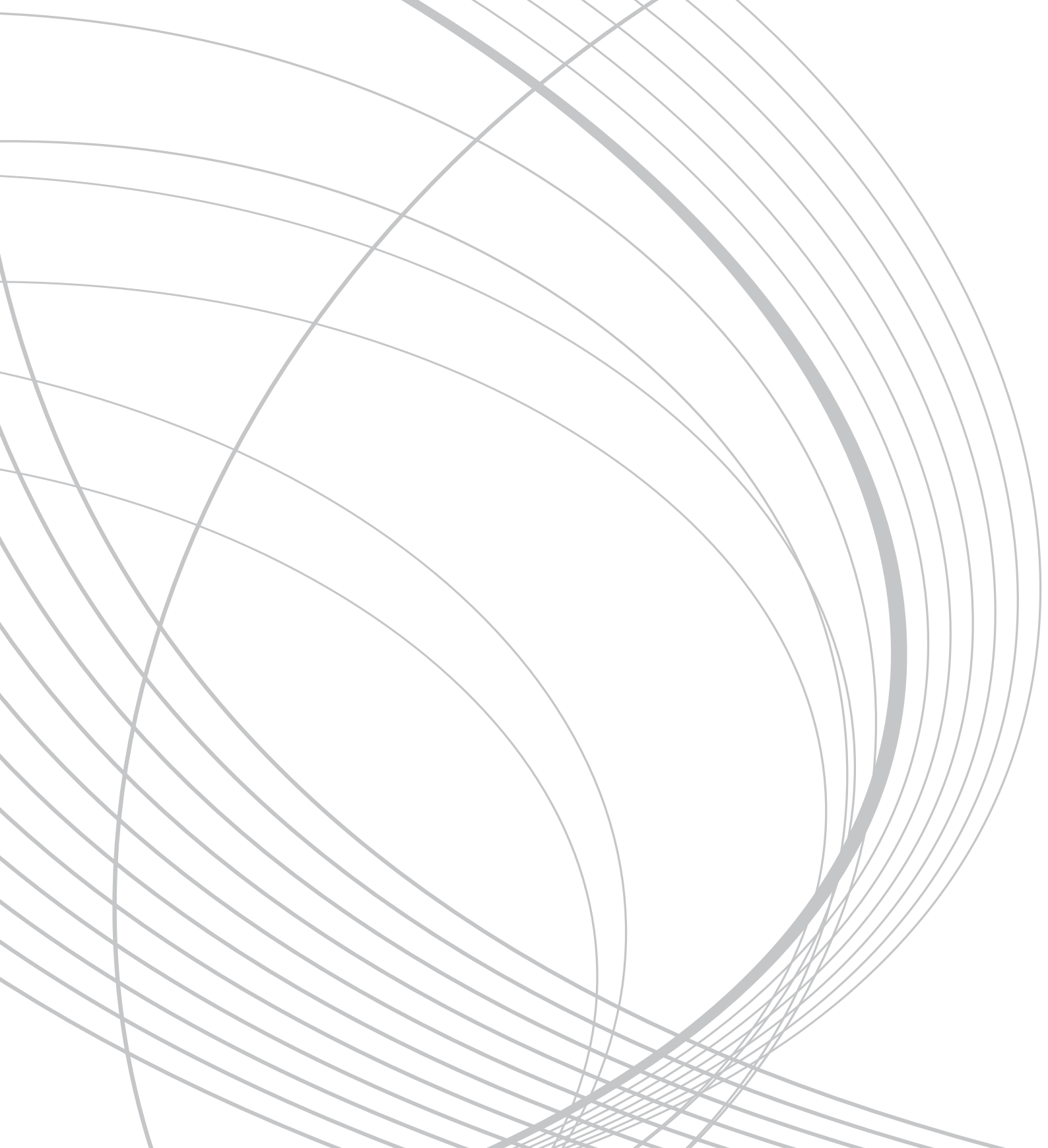
RS REAL GRANDEZA

Fundação de Previdência e Assistência Social

Relatório Anual 2009

Sumário

Apresentação.....	3
Destaques.....	4
1. Demonstrativos Patrimoniais e de Resultados	6
2. Relatório Resumo de Políticas de Investimentos.....	10
3. Resumo do Demonstrativo Analítico de Investimentos e de Enquadramento das Aplicações - 4º Trimestre de 2009.....	18
4. Pareceres Atuariais dos Planos de Benefício.....	28
5. Alterações nos Regulamentos.....	41
6. Composição da Administração.....	42



Apresentação

A Real Grandeza encerrou o exercício de 2009 com rentabilidade global de 20,28%, bem acima da média do mercado, que ficou em 16,67% segundo levantamento da Abrapp.

O Plano de Benefício Definido (Plano BD), que concentra cerca de 96% dos recursos de investimentos da Fundação, obteve rentabilidade de 20,41%, mais do que o dobro da sua meta atuarial (INPC + 6% ao ano), de 10,36%.

Contribuíram para este resultado a queda nas taxas de juros de longo prazo, que provocou valorização dos títulos de Renda Fixa em carteira, e a recuperação da Bolsa de valores, que fechou o ano em 70 mil pontos, garantindo retorno de 60,88% para a carteira de Renda Variável, ainda que a Real Grandeza tivesse apenas 17% do total de recursos do Plano BD aplicados neste segmento ao fim do ano. O Plano de Contribuição Definida (Plano CD), por sua vez, alcançou rentabilidade global de 24,24%, superando em mais de cinco vezes a sua meta (IGP-DI + 6% ao ano), que registrou variação de 4,48%. Esse resultado reflete igualmente o desempenho do mercado de ações, Renda Fixa e a baixa variação do IGP-DI, que chegou a registrar deflação em 2009.

A estratégia de investimentos adotada em meio à crise bem como a implantação de novas práticas de governança e controles permitiram minimizar o impacto da crise global de 2008 garantindo uma rápida recuperação das perdas já no primeiro semestre de 2009.

A política de transparência – aliada ao esforço de se comunicar de maneira adequada e sistemática com seus públicos de relacionamento, – foi a marca desse período

de gestão em que Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal e entidades representativas de participantes e assistidos se uniram nos momentos de dificuldades em busca de fortalecer a entidade, inaugurando um novo ciclo na história da Real Grandeza.

Todas as realizações desse período tiveram como pano de fundo o esforço a colaboração e o comprometimento de todos que se preocupam, acima de tudo, com a defesa dos direitos de participantes e assistidos e em garantir tranquilidade e segurança futuras a todos os que depositam suas economias – e confiança – na Real Grandeza.

Em setembro ocorreu o processo eleitoral para a escolha dos representantes dos participantes e dos assistidos no Conselho Deliberativo e na Diretoria Executiva (diretor de Seguridade e diretor-Ouvidor). A forma como transcorreram, bem como o processo de renovação da Diretoria Executiva são exemplos de que a governança na Real Grandeza atingiu um patamar diferenciado.

A substituição do Diretor Presidente e do Diretor de Investimentos, que concluíram seus mandatos, embora uma atribuição exclusiva do Conselho Deliberativo, foi fruto de um consenso, após amplo debate que envolveu não só as patrocinadoras, Furnas e Eletronuclear, como também as 19 entidades que integram o Fórum em Defesa da Real Grandeza.

As informações contidas neste Relatório seguem o modelo estabelecido pela Resolução CGPC Nº 23, de 06/12/2006, que determina o seu envio anual.



Destques

Gestão

Participantes e assistidos elegeram como seus representantes no Conselho Áttila de Castro Filho e Luiz Carlos Barros Campbell (eleitos pelos participantes), Geovah Machado e Henrique Pimentel Trigueiro (eleitos pelos assistidos), bem como Horácio de Oliveira e Pedro de Oliveira Trotta (dupla mais votada pelos Participantes e Assistidos juntos), que assumiram seus postos em outubro. Para a Diretoria de Ouvidoria foi nomeada Tania Vera da Silva Araujo Vicente, eleita pelos assistidos. Roberto de Carvalho Panisset, eleito pelos participantes, foi reconduzido para a Diretoria de Seguridade.

Também em outubro, o Conselho Deliberativo nomeou Aristides Leite França e Eduardo Henrique Garcia para as Diretorias da Presidência e de Investimentos, respectivamente. Ambos são funcionários de carreira de Furnas.

Regulamentos

A SPC aprovou alterações nos Regulamentos da Real Grandeza, instituindo a portabilidade de reservas, a concessão de Benefício Proporcional Diferido, o Autopatrocínio e o Resgate, nos termos definidos pela legislação.

Benefícios Previdenciários

A Real Grandeza reverteu o fundo previdenciário criado em 2006, quitando a parcela de responsabilidade dos filiados do Plano BD no pagamento das Provisões Matemáticas a Constituir, relativas ao déficit atuarial apurado no ano 2000.

Os benefícios previdenciários foram revistos para incorporar nos fatores de correção dos salários reais de contribuição anteriores a março de 1994 o percentual de 39,67%, referente ao índice de reajuste do salário mínimo de janeiro daquele mesmo ano (revisão da URV).

Nova proposta de Plano de Custeio para o Plano BD foi aprovada pelo Conselho Deliberativo e encaminhada para análise das patrocinadoras Furnas e Eletronuclear.

A Real Grandeza desenvolveu novo simulador para o Plano BD. Para calcular o benefício de aposentadoria basta acessar o site da Fundação.

Saúde

Como parte do Projeto de Otimização do Plames, o Conselho Deliberativo aprovou a adoção de mecanismos de regulação, auditoria e negociação com fornecedores. O objetivo é reduzir custos, minimizando o impacto dos reajustes de mensalidades e garantindo a qualidade do atendimento.

A Real Grandeza firmou convênio de reciprocidade com a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (CASSI) para oferecer serviços de assistência médico-hospitalar aos

beneficiários do Plames oriundos da FRG e assistidos da Eletronuclear que residem fora do Rio de Janeiro e do Grande Rio.

Em 2009, a Real Grandeza passou a oferecer um endereço eletrônico exclusivo para prestar informações sobre a área de saúde: www.frgsaude.com.br.

Investimentos

Ao longo do ano, a Real Grandeza recuperou totalmente as perdas ocorridas no ano anterior em função da crise global. O patrimônio alcançou R\$ 8 bilhões.

Pelo quarto ano consecutivo, a taxa de administração do Plano CD foi reduzida. O participante está pagando 11,76% sobre a contribuição básica do Plano CD, em vez dos 13,90% praticados em 2008.

Responsabilidade Socioambiental

A Real Grandeza aderiu ao PRI (Princípios para Investimento Responsável), se comprometendo nas decisões de investimento a levar em conta as variáveis ambientais, sociais e de governança corporativa.

A Fundação aderiu ao programa Pro-Equidade de Gênero desenvolvido pelo Governo Federal. Como parte do processo, participou da organização do II Encontro Pro-Equidade de Gênero, Raça e Diversidade dos Fundos de Pensão, no Rio de Janeiro, que contou com a presença de dirigentes dos maiores fundos de pensão do país.

1. Demonstrativos Patrimoniais e de Resultados

1.1 Plano de Benefício Definido

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

ATIVO	2009	2008
ATIVO	7.834.498.009,03	6.841.536.690,73
DISPONÍVEL	284.648,81	433.587,94
CONTAS A RECEBER	874.069.501,67	1.074.037.086,72
APLICAÇÕES	6.960.143.858,55	5.767.066.016,07
Renda Fixa	6.401.749.771,74	4.453.472.451,53
Renda Variável	95.881.098,72	858.473.044,19
Imóveis	209.736.082,19	216.553.365,35
Empréstimos/Financiamentos	252.776.905,90	238.567.155,00

PASSIVO	2009	2008
PASSIVO	7.834.498.009,03	6.841.536.690,73
CONTAS A PAGAR	16.227.304,50	15.308.613,68
VALORES EM LITÍGIO	20.912.879,48	20.193.803,79
COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	6.695.668.131,00	5.660.582.003,00
FUNDOS	58.254.796,72	815.552.867,47
Fundo Previdencial	-	772.561.294,00
Fundo Administrativo	28.587.182,49	22.431.283,58
Fundo de Risco	29.667.614,23	20.560.289,89
EQUILÍBRIO TÉCNICO	1.043.434.897,33	329.899.402,79
Resultado Realizado	1.043.434.897,33	329.899.402,79
Superávit Técnico Acumulado	1.043.434.897,33	329.899.402,79

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESCRIÇÃO	2009	2008
(+) CONTRIBUIÇÕES	216.122.845,94	311.225.993,98
(-) BENEFÍCIOS	(373.975.192,83)	(337.683.546,47)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	1.176.114.909,66	128.789.020,43



DESCRIÇÃO	2009	2008
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	1.018.262.562,77	102.331.467,94
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(26.219.935,29)	(24.692.829,61)
(-) FORMAÇÃO DE VALORES EM LITÍGIO	(719.075,69)	(988.754,75)
(-) FORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(1.035.086.128,00)	(379.310.839,00)
(-/+) FORMAÇÃO/ UTILIZAÇÃO DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	757.298.070,75	(101.532.332,15)
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	713.535.494,54	(404.193.287,57)

1.2 Plano de Contribuição Definida

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

ATIVO	2009	2008
ATIVO	173.782.386,75	114.077.309,51
DISPONÍVEL	53.307,43	71.983,20
CONTAS A RECEBER	3.875.900,98	3.043.498,54
APLICAÇÕES	169.853.178,34	110.961.827,77
Renda Fixa	150.321.990,44	76.991.725,57
Renda Variável	2.134.331,96	24.686.746,75
Empréstimos/Financiamentos	17.396.855,94	9.283.355,45

PASSIVO	2009	2008
PASSIVO	173.782.386,75	114.077.309,51
CONTAS A PAGAR	178.141,64	674.751,14
COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	167.522.913,26	109.321.730,20
FUNDOS	6.081.331,85	4.080.828,17
Fundo Administrativo	5.827.599,41	3.995.971,51
Fundo de Risco	253.732,44	84.856,66

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESCRIÇÃO	2009	2008
(+) CONTRIBUIÇÕES	32.115.795,67	25.937.493,60
(-) BENEFÍCIOS	(694.890,84)	(633.544,14)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	30.032.345,61	(291.862,56)



DESCRIÇÃO	2009	2008
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	61.453.250,44	25.012.086,90
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(1.251.563,70)	(1.204.658,66)
(-) FORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(58.201.183,06)	(23.229.051,55)
(-) FORMAÇÃO DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(2.000.503,68)	(578.376,69)
(=) SUPERÁVIT TÉCNICO DO EXERCÍCIO	-	-

1.3 Plano de Assistência Médica

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

ATIVO	2009	2008
ATIVO	109.081.401,52	110.870.212,95
DISPONÍVEL	277.718,11	222.800,55
CONTAS A RECEBER	2.416.467,78	1.925.293,25
APLICAÇÕES	106.387.215,63	108.722.119,15
Renda Fixa	106.105.816,24	108.429.892,50
Empréstimos/Financiamentos	281.399,39	292.226,65

PASSIVO	2009	2008
PASSIVO	109.081.401,52	110.870.212,95
CONTAS A PAGAR	158.889,33	715.465,39
VALORES EM LITÍGIO	993.878,18	3.810.744,22
FUNDOS	107.928.634,01	106.344.003,34

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESCRIÇÃO	2009	2008
(+) CONTRIBUIÇÕES	114.057.362,29	100.056.971,55
(-) BENEFÍCIOS	(112.956.483,30)	(110.960.072,59)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	10.474.192,56	14.829.095,91
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	11.575.071,55	3.925.994,87
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(13.710.900,08)	(12.113.399,13)
(-/+) FORMAÇÃO/UTILIZAÇÃO DE VALORES EM LITÍGIO	3.720.459,20	(14.909,93)
(=) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	1.584.630,67	(8.202.314,19)

Comentários sobre o custeio administrativo dos Planos:

Atendendo à legislação vigente, a Real Grandeza apura o seu custo administrativo segregado entre as atividades Previdencial (BD e CD), Assistencial e de Investimentos. Para este fim, foi realizado um estudo determinando a base rateio para as despesas não vinculadas diretamente a uma destas atividades.

Após a alocação por atividade, as despesas administrativas referentes à atividade de investimentos foram transferidas aos planos de benefícios com base no volume de recursos aplicados.

Consolidando os rateios, foram apurados os seguintes valores para as despesas administrativas dos planos de benefícios:

Plano	Pessoal Encargos	Serviços de Terceiros	Despesas Gerais e Depreciação	Rateio das Despesas de Investimento	Total
Benefício Definido	10.370.366,74	2.019.586,85	3.571.256,71	10.258.724,99	26.219.935,29
Contribuição Definida	681.792,67	121.123,28	226.361,60	222.286,15	1.251.563,70
Assistência Médica	9.024.777,03	1.501.191,39	3.008.105,46	176.826,20	13.710.900,08

Destacamos abaixo a composição das despesas com Serviços de Terceiros:

SERVIÇOS DE TERCEIROS	Benefício Definido	Contribuição Definida	Assistência Médica	Atividade de Investimentos
Consultorias	483.759,23	64.497,00	404.858,47	535.520,84
Assessoria Jurídica	744.987,78	-	105.796,39	560.030,25
Serviço de Apoio Administrativo	-	-	408.316,40	-
Serviço de Comunicação e Divulgação	-	-	41.191,20	-
Custódia	-	-	-	352.101,46
Custo Absorvido por Rateio	790.839,84	56.626,28	541.028,93	328.492,49
TOTAL	2.019.586,85	121.123,28	1.501.191,39	1.776.145,04

Demonstramos a seguir os Serviços de Terceiros que foram rateados entre as atividades:

SERVIÇOS DE TERCEIROS	
Consultorias	729.326,03
Auditorias	128.018,15
Assessoria Jurídica	326.595,94
Serviço de Vigilância	159.969,70
Serviço de Apoio Administrativo	132.831,53
Serviço de Comunicação e Divulgação	240.246,19
TOTAL	1.716.987,54

2. Relatório Resumo de Políticas de Investimentos

2.1 Plano de Benefício Definido

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2010 a 12/2010	INPC	6,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: RC Nº 004/176

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 21/12/2009

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
PLANO DE BENEFÍCIOS	RICARDO CARNEIRO GURGEL NOGUEIRA	370.733.707-34	DIRETOR DE INVESTIMENTOS

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Conheça a definição dos riscos relacionados na página 17

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA	58,00%	100,00%	77,30%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	25,00%	14,00%
IMÓVEIS	1,00%	5,00%	3,10%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1,00%	7,00%	4,50%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	5,00%	1,10%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	0,00%	0,00%

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Utiliza Derivativos? Sim

Observações

As operações com derivativos poderão ser realizadas, desde que para proteção da Carteira de Renda Fixa e Variável. Além disso, elas devem ser fundamentadas em modelos de precificação utilizados pelo mercado e ter sua modelagem previamente aprovada pelo CIRG, bem como atender a todos os critérios estabelecidos no Artigo 44 da Resolução CMN nº 3.792/2009 e desta Política de Investimentos, sobretudo os limites máximos de alocação no segmento.

2.2 Plano de Contribuição Definida

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência : 01/2010 a 12/2010				
Participação	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros
100,00%	PLANO DE BENEFÍCIOS	100,00%	IGP-DI	6,00%
100,00%	RENDA FIXA	100,00%	IMA Geral	0,00%
100,00%	RENDA VARIÁVEL	100,00%	IBrX	0,00%
100,00%	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	100,00%	IGP-DI	6,00%
100,00%	INVESTIMENTOS	100,00%	IBrX	0,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: RC Nº 004/176

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 21/12/2009

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Segmento	Nome	CPF	Cargo
PLANO DE BENEFÍCIOS	RICARDO CARNEIRO GURGEL NOGUEIRA	370.733.707-34	DIRETOR DE INVESTIMENTOS

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Conheça a definição dos riscos relacionados na página 17

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA	45,00%	100,00%	73,80%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	35,00%	14,20%
IMÓVEIS	0,00%	0,00%	0,00%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1,00%	15,00%	12,00%

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	5,00%	0,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	0,00%	0,00%

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Utiliza Derivativos? Sim

Observações

As operações com derivativos poderão ser realizadas, desde que para proteção da Carteira de Renda Fixa e Variável. Além disso, elas devem ser fundamentadas em modelos de precificação utilizados pelo mercado e ter sua modelagem previamente aprovada pelo CIRG, bem como atender a todos os critérios estabelecidos no Artigo 44 da Resolução CMN nº 3.792/2009 e desta Política de Investimentos, sobretudo os limites máximos de alocação no segmento.

2.3 Fundos Assistenciais

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência : 01/2010 a 12/2010

Participação	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros
100,00%	PLANO DE BENEFÍCIOS	100,00%	SELIC	0,00%
100,00%	RENDA FIXA	100,00%	SELIC	0,00%
100,00%	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	100,00%	INPC	6,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: RC nº004/176

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 21/12/2009

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Segmento	Nome	CPF	Cargo
PLANO DE BENEFÍCIOS	RICARDO CARNEIRO GURGEL NOGUEIRA	370.733.707-34	DIRETOR DE INVESTIMENTOS

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Conheça a definição dos riscos relacionados na página 17

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA	98,00%	100,00%	100,00%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00%	2,00%	0,00%

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Utiliza Derivativos? Não

Observações

Sem observações.

2.4 Plano de Gestão Administrativa

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência : 01/2010 a 12/2010				
Participação	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros
100,00%	PLANO DE BENEFÍCIOS	100,00%	SELIC	0,00%
100,00%	RENDA FIXA	100,00%	SELIC	0,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: RC Nº004/176

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 21/12/2009

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
PLANO DE BENEFÍCIOS	RICARDO CARNEIRO GURGEL NOGUEIRA	370.733.707-34	DIRETOR DE INVESTIMENTOS

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Conheça a definição dos riscos relacionados na página 17

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA	100,00%	100,00%	100,00%

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Utiliza Derivativos? Não

Observações

Sem observações.

Definição dos riscos relacionados:

Risco de mercado - É a possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de câmbio, de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto.

Risco Legal - É a possibilidade de perdas decorrentes da inobservância de aspectos legais que envolvam os contratos firmados e as obrigações fiscais, trabalhistas e societárias.

Risco de Liquidez - É a possibilidade de perda pela incapacidade da entidade em saldar seus compromissos ou pelo sacrifício ocasionado na transformação forçada de um ativo em caixa para quitar uma obrigação.

Risco Operacional - É a possibilidade de perdas decorrentes da inadequação, na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos de entidade, bem como de eventos externos que causem prejuízo nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

Risco de Contraparte - É a possibilidade de perdas decorrentes de falhas da contraparte no cumprimento de obrigações contratuais, entendendo contraparte como emissores, fornecedores, participantes e patrocinadores.

3. Resumo do Demonstrativo Analítico de Investimentos e de Enquadramento das Aplicações - 4º Trimestre de 2009

3.1 Plano de Benefício Definido

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

Segmento	Dezembro/2009		Dezembro/2008		Limites da Política de Investimentos
	R\$	%	R\$	%	
Renda Fixa	5.289.156.791,35	75,99%	4.453.472.451,53	77,25%	Até 100%
Renda Variável	1.187.833.994,36	17,07%	856.437.200,32	14,86%	Até 27%
Investimentos Imobiliários	209.723.311,71	3,01%	216.552.866,96	3,76%	Até 6%
Empréstimos e Financiamentos	252.345.075,01	3,63%	238.293.134,07	4,13%	Até 7%
Caixa/Despesas a Pagar	20.640.084,75	0,30%	-	-	-
Depósitos	289.285,08	0,00%	-	-	-
Total de Investimentos	6.959.988.542,26	100,00%	5.764.755.652,88	100,00%	-

RENTABILIDADE DOS SEGMENTOS

Segmento	Valor da Cota	Rentabilidade no Trimestre	Rentabilidade no Ano	Benchmark	Rentabilidade do Benchmark no Ano
Renda Fixa	1,04304	1,15%	13,87%	-	-
Títulos a Mercado	1,04424	0,65%	17,57%	IMA	12,90%
Títulos na Curva	1,20053	2,25%	7,14%	INPC + 6%	10,36%
Renda Variável	1,30346	9,79%	60,88%	-	-
Carteira de Ações em Mercado	1,33233	10,48%	67,67%	IBrX	72,84%
Carteira de Participações	1,04814	1,41%	12,13%	IBrX	72,84%
Carteira de Outros Ativos em RV	1,98377	24,12%	62,65%	IMA	12,90%
Investimentos Imobiliários	2,19705	3,11%	13,27%	IMA	12,90%
Empréstimos e Financiamentos	1,26194	2,45%	12,60%	INPC + 6%*	10,43%
Total	1,23311	2,68%	20,41%	INPC + 6%	10,36%

* De acordo com a Política de Investimentos, a variação do INPC+6 a.a. como benchmark do Segmento de Empréstimos e Financiamentos foi apurada com defasagem de 2 (dois) meses para o INPC.

RECURSOS EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS

	Saldo (R\$)	Participação no total
RENDA FIXA	6.401.749.847,73	91,98%
Fundos Exclusivos	6.376.441.223,45	91,62%
FRG Plano BD FI Multimercado	6.376.441.223,45	91,62%
Fundos Invest. Direitos Creditórios	25.308.624,28	0,36%
NSG FIDC FCVS	24.295.234,78	0,35%
NSG FIDC FCVS 2ª série	1.013.389,50	0,01%
RENDA VARIÁVEL	76.025.338,20	1,09%
FIP Brasil Energia	76.025.338,20	1,09%
TOTAL	6.477.775.185,93	93,07%

Responsáveis

BDO Trevisan Auditores Independentes
Auditor de Gestão

Ricardo Carneiro Gurgel Nogueira
Administrador Responsável

DISTRIBUIÇÃO ANALÍTICA DOS INVESTIMENTOS

Discriminação	Espécie	Quantidade	Valor de Mercado (R\$)	% Aplic.
TOTAL LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS			6.959.711.305,06	100,00
BRADESCO FI MULTIMERCADO			6.376.441.223,45	91,62
RENDA FIXA			5.263.848.167,07	75,63
Notas do Tesouro Nacional		2.362.471	4.884.831.718,81	70,19
ADELIC		175.119	303.282.089,93	4,36
TDA		94.231	8.048.878,88	0,12
Quotas de FIDC			18.001.341,90	0,26
OMNI III FIDC		15.177	18.001.341,90	0,26
Debêntures não Conversíveis			49.684.137,55	0,71
CIA. VALE DO RIO DOCE S.A.		655.840	18.679,11	0,00
BGP S.A.		3.100	1.747.135,78	0,03
TRIUNFO Participações e Investimentos S.A.		12.000	18.150.917,26	0,26
TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.		1.740	14.174.629,00	0,20
DUKE ENERGY INTERNACIONAL – Geração Paranapanema S.A.		1.500	15.592.776,40	0,22
RENDA VARIÁVEL			1.108.986.392,28	15,93
Mercado à Vista			1.102.396.505,75	15,84
AES ELPA S.A.	ON	333.918	14.689.052,82	0,21
BANCO DO BRASIL	ON	708.500	21.042.450,00	0,30
BANCO BRADESCO S.A.	PN	1.809.400	65.825.972,00	0,95
BFR - BRASIL FOODS S.A.	ON	883.107	40.066.564,59	0,58
CCR - COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	ON	675.700	26.953.673,00	0,39
CIA. ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	PN	593.632	18.758.771,20	0,27
COPASA - CIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	ON	704.500	23.424.625,00	0,34
CIA VALE DO RIO DOCE	ON	1.628.300	80.600.850,00	1,16
CIA VALE DO RIO DOCE	PNA	2.564.600	108.226.120,00	1,56
CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN	ON	425.700	23.839.200,00	0,34
CIA. TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA - CTEEP	PN	382.811	19.810.469,25	0,28
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	ON	608.200	20.405.110,00	0,29
DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S.A. - DASA	ON	582.400	33.190.976,00	0,48
GERDAU S.A.	PN	971.800	28.318.252,00	0,41
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.	PN	2.854.034	110.422.575,46	1,59
NATURA COSMÉTICOS S/A	ON	623.100	22.624.761,00	0,33
PÃO DE ACUCAR - COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO	PN	485.084	31.540.161,68	0,45
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS	ON	2.506.300	104.387.395,00	1,50
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS	PN	4.386.300	160.933.347,00	2,31
REDECARD S.A.	ON	980.800	28.443.200,00	0,41
SUSANO PAPEL E CELULOSE S.A.	PNA	974.300	19.973.150,00	0,29
TELESP - TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO	PN	399.200	17.381.168,00	0,25
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.	PN	338.000	27.077.180,00	0,39
USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A - USIMINAS	PNA	418.125	20.651.193,75	0,30
VIVO PARTICIPAÇÕES S/A	PN	620.600	33.810.288,00	0,49
Deb. Conv. Emissão Pública c/ Partic. Lucros			6.589.886,53	0,09
CRT - CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A.		4.620	3.566.929,21	0,05
PROMAN - PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A.		2.000	3.022.957,32	0,04
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			3.606.664,10	0,05



Discriminação	Espécie	Quantidade	Valor de Mercado (R\$)	% Aplic.
CARTEIRA PRÓPRIA			121.201.694,89	1,74
RENDA FIXA			25.308.624,28	0,36
Quotas de FIDC			25.308.624,28	0,36
NSG FIDC FCVS		10.495	24.295.234,78	0,35
NSG FIDC FCVS - 2ª Série		1.000	1.013.389,50	0,01
RENDA VARIÁVEL			78.847.602,08	1,13
Mercado à Vista			2.822.263,88	0,04
PROMAN - PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A.	ON	20.000	200,00	0,00
GTD PARTICIPAÇÕES S.A.	ON	5.147.644	1.389.863,88	0,02
GTD PARTICIPAÇÕES S.A.	PN	4.620.000	1.432.200,00	0,02
Quotas de Fundo de Investimento em Participações			76.025.338,20	1,09
FIP BRASIL ENERGIA		2.774	76.025.338,20	1,09
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			17.045.468,53	0,24
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS			209.723.311,71	3,01
Edificações de Uso Próprio			16.545.352,64	0,24
Rua Mena Barreto, 143 - Rio de Janeiro			16.545.352,64	0,24
Edificações Locadas à(s) Patrocinadora(s)			167.277.847,36	2,40
Ed P. Palmeiras, R. Omar T. Castro, L88/90 Q5 - Angra dos Reis			2.870.199,76	0,04
Rodovia Presidente Dutra, 238 - RJ			3.431.666,60	0,05
Rua Real Grandeza, 219, Bloco A - Rio de Janeiro			54.888.530,96	0,79
Rua Real Grandeza, 219, Bloco B - Rio de Janeiro			35.378.530,96	0,51
Rua Real Grandeza, 219, Bloco C - Rio de Janeiro			70.708.919,08	1,02
Edificações para Renda			23.099.466,77	0,33
Av. Imperatriz Leopoldina, 845 - São Paulo			20.415.912,52	0,29
Rua Teófilo Otoni, 93/93-A - Rio de Janeiro			2.683.554,25	0,04
Valores a Receber			2.813.415,42	0,04
Valores a Pagar			(12.770,48)	(0,00)
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES			252.345.075,01	3,63
Valores a Receber			252.776.905,90	3,63
Valores a Pagar			(431.830,89)	(0,01)

3.2 Plano de Contribuição Definida

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

Segmento	Dezembro/2009		Dezembro/2008		Limites da Política de Investimentos
	R\$	%	R\$	%	
Renda Fixa	112.649.413,89	66,35%	76.991.725,57	69,77%	Até 100%
Renda Variável	37.672.578,15	22,19%	24.094.304,56	21,83%	Até 35%
Investimentos Imobiliários	-	0%	-	0%	0%
Empréstimos e Financiamentos	17.396.855,94	10,25%	9.269.063,95	8,40%	Até 15%
Caixa/Despesas a Pagar/Receber	1.994.428,44	1,17%	-	-	Até 15%
Depósitos	55.272,10	0,03%	-	-	-
Total de Investimentos	169.768.548,52	100,00%	110.355.094,08	100,00%	-

RENTABILIDADE DOS SEGMENTOS

Segmento	Valor da Cota	Rentabilidade no Trimestre	Rentabilidade no Ano	Benchmark	Rentabilidade do Benchmark no Ano
Renda Fixa	1,26771	0,61%	15,38%	IMA	12,90%
Renda Variável	1,34017	10,15%	62,55%	-	0%
Carteira de Ações em Mercado	1,34017	10,65%	68,19%	IBrX	72,84%
Carteira de Participações	1,29359	2,78%	8,96%	IBrX	72,84%
Empréstimos e Financiamentos	1,25345	2,16%	7,98%	IGP-DI +6%*	4,13%
Total	1,23890	2,86%	24,24%	IGP-DI +6%	4,48%

* De acordo com a Política de Investimentos, a variação do IGP-DI+6 a.a. como benchmark do Segmento de Empréstimos e Financiamentos foi apurada com defasagem de 2 (dois) meses para o IGP-DI.

RECURSOS EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS

	Saldo (R\$)	Participação no total
RENDA FIXA	150.321.992,04	88,55%
Fundos Exclusivos	150.321.992,04	88,55%
FRG Plano CD FI Multimercado	150.321.992,04	88,55%
TOTAL	150.321.992,04	88,55%

Responsáveis

BDO Trevisan Auditores Independentes
Auditor de Gestão

Ricardo Carneiro Gurgel Nogueira
Administrador Responsável

DISTRIBUIÇÃO ANALÍTICA DOS INVESTIMENTOS

Discriminação	Espécie	Quantidade	Valor de Mercado (R\$)	% Aplic.
TOTAL LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS			169.714.925,76	100,00
BRADESCO FI MULTIMERCADO			150.321.992,04	88,57
RENDA FIXA			112.649.413,89	66,38
Notas do Tesouro Nacional		39.465	81.409.896,70	47,97
ADELIC		16.328	28.276.786,08	16,66
TDA		1.032	88.166,66	0,05
Quotas de FIDC		684	811.752,80	0,48
OMNI III FIDC		684	811.752,80	0,48
Debêntures não Conversíveis		1.577	2.062.811,65	1,22
BGPARG S.A.		1.437	809.881,97	0,48
TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.		90	733.170,47	0,43
DUKE ENERGY INTERNACIONAL – Geração Paranapanema S.A.		50	519.759,21	0,31
RENDA VARIÁVEL			37.672.578,15	22,20
Mercado à Vista			37.539.792,96	22,12
BANCO DO BRASIL	ON	23.700	703.890,00	0,41
BANCO BRADESCO S.A.	PN	62.950	2.290.121,00	1,35
BFR - BRASIL FOODS S.A.	ON	26.500	1.202.305,00	0,71
CCR - COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	ON	22.600	901.514,00	0,53
CIA. ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	PN	20.362	643.439,20	0,38
COPASA - CIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	ON	31.300	1.040.725,00	0,61
CIA VALE DO RIO DOCE	ON	52.800	2.613.600,00	1,54
CIA VALE DO RIO DOCE	PNA	95.100	4.013.220,00	2,36
CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN	ON	17.300	968.800,00	0,57
CIA. TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA - CTEEP	PN	9.496	491.418,00	0,29
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	ON	18.600	624.030,00	0,37
DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S.A. - DASA	ON	19.500	1.111.305,00	0,65
GERDAU S.A.	PN	36.400	1.060.696,00	0,62
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	PN	100.056	3.871.166,64	2,28
NATURA COSMÉTICOS S/A	ON	20.600	747.986,00	0,44
PAO DE ACUCAR - COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO	PN	16.856	1.095.977,12	0,65
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	ON	89.600	3.731.840,00	2,20
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	PN	138.200	5.070.558,00	2,99
REDECARD S.A.	ON	28.000	812.000,00	0,48
SUSANO PAPEL E CELULOSE S.A.	PNA	35.800	733.900,00	0,43
TELESP - TELECOMUNICAÇÕES DE SAO PAULO	PN	18.000	783.720,00	0,46
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.	PN	14.200	1.137.562,00	0,67
USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A - USIMINAS	PNA	14.000	691.460,00	0,41
VIVO PARTICIPAÇÕES S/A	PN	22.000	1.198.560,00	0,71
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			132.785,19	0,08
CARTEIRA PRÓPRIA			2.135.979,70	1,26
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			2.135.979,70	1,26
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES			17.256.954,02	10,17
Valores a Receber			17.396.855,94	10,25
Valores a Pagar			(139.901,92)	(0,08)

3.3 Fundos Assistenciais

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

Segmento	Dezembro/2009		Dezembro/2008		Limites da Política de Investimentos
	R\$	%	R\$	%	
Renda Fixa	106.106.094,17	99,74%	108.429.892,50	99,73%	Até 100%
Renda Variável	-	0%	-	0%	0%
Investimentos Imobiliários	-	0%	-	0%	0%
Empréstimos e Financiamentos	281.389,02	0,26%	289.393,62	0,27%	Até 2%
Caixa/Despesas a Pagar	141,67	0,00%	-	-	-
Total de Investimentos	106.387.623,42	100,00%	108.719.286,12	100,00%	-

RENTABILIDADE DOS SEGMENTOS

Segmento	Valor da Cota	Rentabilidade no Trimestre	Rentabilidade no Ano	Benchmark	Rentabilidade do Benchmark no Ano
Renda Fixa	1,04915	-0,35%	9,72%	Variação da taxa SELIC	9,93%
Empréstimos e Financiamentos	1,06285	0,76%	4,19%	INPC + 6%	10,36%
Total	1,22872	-0,35%	9,71%	Variação da taxa SELIC	9,93%

RECURSOS EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS

	Saldo (R\$)	Participação no total
RENDA FIXA	90.740.271,78	85,29%
Fundos Exclusivos	90.740.271,78	85,29%
FRG FA FI Renda Fixa	90.740.271,78	85,29%
TOTAL	90.740.271,78	85,29%

Responsáveis

BDO Trevisan Auditores Independentes
Auditor de Gestão

Ricardo Carneiro Gurgel Nogueira
Administrador Responsável

DISTRIBUIÇÃO ANALÍTICA DOS INVESTIMENTOS

Discriminação	Espécie	Quantidade	Valor de Mercado (R\$)	% Aplic.
TOTAL LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS			106.387.623,42	100,00
BRDESCO FI MULTIMERCADO			90.740.271,78	85,29
RENDA FIXA			90.740.547,80	85,29
Notas do Tesouro Nacional		23.049	77.259.217,77	72,62
ADELIC		7.429	12.865.541,20	12,09
TDA		7.209	615.788,83	0,58
CAIXA/DESPESAS A PAGAR			(276,02)	(0,00)
CARTEIRA PRÓPRIA			15.365.964,06	14,44
RENDA FIXA			15.365.546,37	14,44
Notas do Tesouro Nacional		4.122	15.365.546,37	14,44
CAIXA/DESPESAS A PAGAR			417,69	0,00
EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES			281.389,02	0,26
Valores a Receber			281.399,39	0,26
Valores a Pagar			(10,37)	(0,00)

3.4 Programa Administrativo

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

Segmento	Dezembro/2009		Dezembro/2008		Limites da Política de Investimentos
	R\$	%	R\$	%	
Renda Fixa	8.613.524,84	99,98%	7.192.399,26	99,61%	Até 100%
Renda Variável	-	0%	-	0,00%	0%
Investimentos Imobiliários	-	0%	-	0,00%	0%
Empréstimos e Financiamentos	-	0%	-	0,00%	0%
Caixa/Despesas a Pagar	2.008,61	0,02%	28.118,06	0,39%	-
Total de Investimentos	8.615.533,45	100,00%	7.220.517,32	100,00%	-

RENTABILIDADE DOS SEGMENTOS

Segmento	Valor da Cota	Rentabilidade no Trimestre	Rentabilidade no Ano	Benchmark	Rentabilidade do Benchmark no Ano
Renda Fixa	1,12403	1,94%	9,50%	Variação da taxa SELIC	9,93%
Total	0,59671	1,94%	9,50%	Variação da taxa SELIC	9,93%

RECURSOS EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS

	Saldo (R\$)	Participação no total
RENDA FIXA	8.615.533,45	100,00%
Fundos Exclusivos	8.615.533,45	100,00%
FRG ADM FI Renda Fixa	8.615.533,45	100,00%
TOTAL	8.615.533,45	100,00%

Responsáveis

BDO Trevisan Auditores Independentes
Auditor de Gestão

Ricardo Carneiro Gurgel Nogueira
Administrador Responsável

DISTRIBUIÇÃO ANALÍTICA DOS INVESTIMENTOS

Discriminação	Espécie	Quantidade	Valor de Mercado (R\$)	% Aplic.
TOTAL LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS			8.615.533,45	100,00
BRADESCO FI MULTIMERCADO			8.615.533,45	100,00
RENDA FIXA			8.613.524,84	99,98
ADELIC		4.974	8.613.524,84	99,98
CAIXA/DESPESAS A PAGAR			2.008,61	0,02

3.5 Total de Recursos e Rentabilidade dos Planos

TOTAL DE RECURSOS ADMINISTRADOS PELA REAL GRANDEZA

Segmento	Plano BD	Plano CD	Fundos Assistenciais	Programa Administrativo	Total
Renda Fixa	5.289.156.791,35	112.649.413,89	106.106.094,17	8.613.524,84	5.516.525.824,25
Renda Variável	1.187.833.994,36	37.672.578,15	-	-	1.225.506.572,51
Investimentos Imobiliários	209.723.311,71	-	-	-	209.723.311,71
Empréstimos e Financiamentos	252.345.075,01	17.396.855,94	281.389,02	-	270.023.319,97
Caixa/Despesas a Pagar	20.640.084,75	1.994.428,44	141,67	2.008,61	22.636.663,47
Depósitos	289.285,08	55.272,10	-	-	344.557,18
Total	6.959.988.542,26	169.768.548,52	106.387.623,42	8.615.533,45	7.244.760.247,65

RENTABILIDADES DOS PLANOS ADMINISTRADOS PELA REAL GRANDEZA

Período	Plano BD	Plano CD	Fundos Assistenciais	Programa Administrativo	Total
4º Trimestre: 2009	2,68%	2,86%	-0,35%	1,94%	2,64%

4. Pareceres Atuariais dos Planos de Benefício

4.1 PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Avaliamos atuarialmente o Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, patrocinado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, com o objetivo de identificar sua situação financeiro-atuarial e propor um plano de custeio para o ano-calendário 2010.

Na preparação desta avaliação utilizamos informações e dados que nos foram fornecidos pela Fundação Real Grandeza e outras pessoas ou organizações por ela designadas. A avaliação resumida neste relatório envolve cálculos atuariais para os quais são necessárias hipóteses sobre eventos futuros.

Em nossa opinião, todos os métodos, hipóteses e cálculos estão de acordo com as exigências legais, enquanto os procedimentos seguidos e a apresentação dos resultados estão em conformidade com as práticas e princípios atuariais geralmente aceitos. A Fundação Real Grandeza e as Patrocinadoras, em conjunto com a Towers Watson, foram responsáveis pela seleção do método atuarial.

Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde a 31/8/2009. Registramos que não foi realizada auditoria nos dados de participantes, mas o cadastro foi consistido e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais.

Ressaltamos que aplicamos um percentual adicional de 2,8% sobre o Salário Real de Contribuição (SRC) informado pela Fundação Real Grandeza (FRG), para representar o efeito dos adicionais de férias que serão incluídos no cálculo do Salário Real de Benefício (SRB), conforme discutido com a Fundação Real Grandeza.

Hipóteses Atuariais

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2009 e 2008 foram:

Hipótese	2009	2008
Tábua de Mortalidade Geral	AT83*	AT83*
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP2000 Disabled*	RP2000 Disabled*
Tábua de Entrada em Invalidez	Wyatt 85 Class 1*	Wyatt 85 Class 1*
Hipótese Familiar	Ativos: 90% casados e esposa 4 anos mais jovem Assistidos: família informada	Ativos: 90% casados e esposa 4 anos mais jovem Assistidos: família informada
Rotatividade	T-1 Service Table, -20%	T-1 Service Table, -20%
Taxa Real de Juros	6% a.a.	6% a.a.
Aposentadoria	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade **	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade**
Crescimento Salarial Real	2% para Furnas 2% para Eletronuclear 0% para autopatrocinados	2% para Furnas 2% para Eletronuclear 0% para autopatrocinados
Capacidade Salarial	100%	100%
Capacidade de Benefícios	100%	100%
Índice do Plano	INPC - IBGE***	INPC - IBGE***

* Tábuas específicas por sexo.

** Para participantes na 2ª elegibilidade na data da avaliação, as probabilidades de aposentadoria utilizadas foram 70% e 100%.

*** Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

As hipóteses para esta Avaliação foram recomendadas pela Towers Watson em correspondência de 25/11/2009 e aprovadas pelo Conselho Deliberativo em reunião de 21/12/2009. As Patrocinadoras se manifestaram sobre a hipótese de crescimento salarial em 24/09/2009 (Furnas) e 16/10/2009 (Eletronuclear). As hipóteses demográficas foram baseadas no Estudo de Aderência elaborado pela Towers Watson para a Fundação Real Grandeza em 2009, exceto em relação à mortalidade geral, uma vez que nenhuma tábua foi considerada aderente a esta premissa. As hipóteses adotadas pela Fundação Real Grandeza atendem ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006. Entendemos que as hipóteses utilizadas nesta avaliação estão dentro do intervalo razoável para a sua finalidade. Contudo, outras hipóteses também são razoáveis e apropriadas e produziram resultados diferentes.

Características do Plano

O Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza está estruturado na modalidade benefício definido, de acor-

do com a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005. Para esta avaliação, utilizamos a proposta de alteração regulamentar encaminhada à então Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que já contém as adaptações aos Institutos e todas as normas e atos normativos aprovados pelo Conselho Deliberativo da Entidade em 9/7/2004.

Em julho/2005, o Conselho Deliberativo aprovou o fechamento do plano a novas adesões, sem saldá-lo.

Resultados

Os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo normal de 8,90% sobre o total de Salários Reais de Contribuição dos Participantes inscritos no Plano de Benefícios e Provisões Matemáticas no valor de R\$ 6.695.668.131,00, ambos calculados atuarialmente e posicionados em 31/12/2009.

As Provisões Matemáticas correspondentes em 31/12/2009 estão detalhadas no quadro a seguir:

		Valores em R\$ 1,00
2.3.1.0.00.00	Provisões Matemáticas	6.695.668.131,00
2.3.1.1.00.00	Benefícios Concedidos	3.862.075.633,00
2.3.1.1.01.00	Benefícios do Plano	3.862.075.633,00
	VP Benefícios Futuros	4.146.125.469,00
	Aposentadorias:	3.871.318.640,00
	Aposentadoria por invalidez:	66.895.456,00
	Pensão:	207.911.373,00
	VP Contribuições Futuras de Assistidos	(284.049.836,00)
	Aposentadorias:	(274.559.250,00)
	Aposentadoria por invalidez:	(2.965.491,00)
	Pensão:	0,00
	Custo de Pensão de Aposentados antes de 1979:	(306.895,00)
	Jóia de Participantes:	(6.218.200,00)
2.3.1.2.00.00	Benefícios a Conceder	2.833.592.498,00
2.3.1.2.01.00	Benefícios Plano Geração Atual	3.173.539.893,00
2.3.1.2.01.01	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.2.01.02	Benefício Definido	3.173.539.893,00
	VP Benefícios Futuros	3.462.183.940,00
	Aposentadorias:	3.336.575.190,00
	BPD:	15.561.317,00
	Aposentadoria por Invalidez:	71.836.762,00



		Valores em R\$ 1,00
	Pensão:	31.358.035,00
	Pecúlio:	6.852.636,00
	VP Contribuições Futuras de Assistidos	(288.644.047,00)
	Aposentadorias:	(283.088.632,00)
	BPD:	(555.956,00)
	Aposentadoria por Invalidez:	(4.999.459,00)
	Pensão:	0,00
	Pecúlio:	0,00
2.3.1.2.03.00	Outras Contribuições da Geração Atual	(339.947.395,00)
	Aposentadorias:	(134.858.980,00)
	BPD:	(311.439,00)
	Aposentadoria por Invalidez:	(5.516.217,00)
	Pensão:	(2.592.444,00)
	Pecúlio:	(371.689,00)
	Contribuições acima do Custo:	(196.296.626,00)
2.3.1.3.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.3.01.00	Serviço Passado	0,00
	Benefícios Concedidos:	0,00
	Benefícios a Conceder:	0,00
2.3.1.3.02.00	Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.3.03.00	Por Ajustes Contrib. Extraordinárias	0,00
2.4.0.0.00.00	Reservas e Fundos	1.101.689.693,72
2.4.1.0.00.00	Equilíbrio Técnico	1.043.434.897,00
2.4.1.1.00.00	Resultados Realizados	1.043.434.897,00
2.4.1.1.01.00	Superávit Técnico Acumulado	1.043.434.897,00
2.4.1.1.01.01	Reserva de Contingência:	1.043.434.897,00
2.4.1.1.01.02	Reserva para Revisão do Plano:	0,00
2.4.2.0.00.00	Fundos	58.254.796,72
2.4.2.1.00.00	Programa Previdencial	0,00
2.4.2.3.00.00	Programa Administrativo	28.587.182,49
2.4.2.4.00.00	Programa de Investimentos	29.667.614,23

Os resultados apresentados acima refletem o plano de custeio vigente.

Situação Financeiro-Atuarial

O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano de Benefício Definido é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2009:

	Valores em R\$ 1,00
Ativo Total	7.834.498.009,00
Exigível Operacional	(16.227.305,00)
Exigível Contingencial	(20.912.879,00)
Fundos	(58.254.797,00)
Ativo Líquido Previdencial	7.739.103.028,00

O Ativo Líquido Previdencial do Plano é superior à soma das Provisões Matemáticas, atuarialmente calculadas, resultando em um superávit atuarial de R\$ 1.043.434.897,00.

O ativo informado não foi auditado ou objeto de análise pela Towers Watson a respeito da qualidade dos investimentos.

Fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar

Registramos que a então Secretaria de Previdência Complementar (SPC) realizou fiscalização sobre o Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza no ano de 2007, questionando alguns pontos por meio do Relatório nº 006/2007/ESRJ, de 22/8/2007, que guardam relação com as provisões matemáticas e custeio deste Plano.

A exemplo de 2007 e 2008, a Towers Watson realizou diversos estudos com cenários variados de atendimento aos itens estabelecidos no Relatório de Fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar paralelamente à preparação dos resultados da avaliação atuarial de 2009.

Plano de Custeio Vigente

Conforme mencionado no item anterior, a SPC questionou em seu Relatório de Fiscalização alguns itens relacionados ao custeio deste Plano, fazendo com que a Fundação Real Grandeza rediscutisse as taxas de contribuições aplicadas ao Plano de Benefício Definido junto à Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, contando com a elaboração de alguns estudos e simulações pela Towers Watson.

O plano de custeio vigente é o denominado Plano de Custeio Especial, estabelecido em 1995 para Participantes Ativos e Assistidos do Plano de Benefício Definido da Fundação Real

Grandeza e definido em faixas salariais no seu regulamento. Os percentuais em vigor para o início de 2010 estão descritos abaixo:

• Contribuição de Participantes Ativos e Assistidos

<i>Faixa Salarial/Benefício</i>	<i>Taxa sobre a parcela salarial/benefício</i>
Até ½ Teto Previdência Social	2,40%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	4,60%
Acima de 1 Teto Previdência Social	13,00%

• Contribuição das Patrocinadoras

Contribuição paritária à dos Participantes Ativos

Contribuição específica criada para adaptação à Lei 6.435/77: 2,85%

Contribuição específica criada para eliminação de déficit passado: 2,24%

A aplicação das taxas mencionadas anteriormente sobre o salário futuro dos Participantes Ativos gera uma contribuição média de 7,99%, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim do período de atividade da população do Plano de Benefício Definido. Por sua vez, as Patrocinadoras contribuem com o mesmo percentual de contribuição dos Participantes Ativos, além de contribuições adicionais de 5,09%.

A contribuição média total de Participantes e Patrocinadoras, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim de período de atividade da população do Plano de Benefício Definido, com base neste cenário de custeio, é de 21,06%.

A contribuição média de assistidos, nivelada desde a data desta avaliação até o término dos benefícios da população atual de assistidos, é de 6,85%. Considerando, no entanto, como base o cadastro de agosto de 2009, a contribuição média de assistidos é de 7,10% em relação à folha de benefícios do Plano.

Plano de Custeio Proposto

O Conselho Deliberativo, através da RC n.º 001/172, aprovou um novo plano de custeio com redução das taxas de contribuição, conforme solicitado pela Secretaria de Previdência Complementar, definidas em regulamento. Entretanto, as patrocinadoras ainda devem se pronunciar sobre o assunto e, posteriormente, o processo de alteração regulamentar será enviado para análise e aprovação do DEST e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Enquanto todos os trâmites para a implantação do novo plano de custeio não são concluídos, o Plano de Custeio Especial, descrito no item anterior, continuará vigente.

A elaboração do novo plano de custeio leva em consideração as exigências da SPC, os princípios de equilíbrio financeiro-atuarial do plano e outros aspectos identificados

por um grupo designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza para avaliar questões legais e atuariais observadas historicamente no Plano de Benefício Definido. As principais alterações no plano de custeio são:

- Eliminação do excesso de contribuições em relação ao custo normal do plano;
- Transformação das contribuições amortizantes em contrato de dívida a ser firmado entre as patrocinadoras do plano e a Real Grandeza;
- Implantação da contribuição paritária da Patrocinadora para Participantes Assistidos.

Assim, os percentuais a serem aplicados para Patrocinadoras, Participantes Ativos e Assistidos, conforme estabelecido pelo Conselho Deliberativo por meio da RC Nº 001/149, de 16/02/2009, após a conclusão do processo de alteração regulamentar pela PREVIC, serão definidos em faixas salariais e de benefício, conforme descrito abaixo:

• Contribuição de Participantes Ativos

<i>Faixa Salarial</i>	<i>Taxa sobre a parcela salarial</i>
Até ½ Teto Previdência Social	1,50%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	3,00%
Acima de 1 Teto Previdência Social	8,30%

• Contribuição de Participantes Assistidos

<i>Faixa Benefício</i>	<i>Taxa sobre a parcela de benefício</i>
Até ½ Teto Previdência Social	0,75%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	1,50%
Acima de 1 Teto Previdência Social	4,15%

• Contribuição das Patrocinadoras

Contribuição paritária à dos Participantes Ativos e Assistidos

A aplicação das taxas mencionadas anteriormente sobre o salário futuro dos Participantes Ativos gera uma contribuição média de 5,29% para participantes e patrocinadora, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim de período de atividade da população do Plano de Benefício Definido, totalizando 10,58%.

A contribuição média de assistidos, nivelada desde a data desta avaliação até o término dos benefícios da população atual de assistidos, é de 2,22%. As patrocinadoras passarão a contribuir com valor equivalente.

Destacamos ainda que a patrocinadora Furnas pagará uma contribuição mensal de R\$ 888.687,11 por 86 meses e Eletronuclear R\$ 238.238,78 por 107 meses, reajustada de acordo com o índice INPC - IBGE, relativa à dívida a ser contratada resultante da contribuição amortizante

de 5,09%, cuja obrigação financeira total representa, em 31/12/2009, R\$ 82.158.494,00, sendo R\$ 62.325.270,00 referentes a Furnas e R\$ 19.833.225,00 relativos à Eletronuclear.

O Plano de Custeio acima descrito foi proposto com base na Avaliação Atuarial de 2009, realizada com o cadastro de agosto do mesmo ano.

Caso o plano de custeio proposto pudesse ser implementado imediatamente, o custo normal do plano seria de 9,16% e o resultado seria superavitário em R\$ 752.588.718.

O Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo entrará em vigor tão logo seja concluído o processo de alteração regulamentar necessário para sua implementação.

Dívidas Contratadas

O balancete do Plano de Benefício Definido encerrado em 31/12/2009 registrava dívidas contratadas de R\$ 855.642.762,40 com as patrocinadoras do Plano, equivalente a 11,06% do Ativo Líquido Previdencial.

Provisões Matemáticas a Constituir

Conforme decisão do Conselho Deliberativo em 5/5/2009, amparado por Parecer Atuarial e Jurídico, o valor anteriormente registrado nas Provisões Matemáticas a Constituir, de responsabilidade dos participantes, foi quitado com a utilização do Fundo Previdencial.

O valor anteriormente registrado em Provisões Matemáticas a Constituir teve sua origem em decorrência da adequação do Plano à Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998. O equacionamento de insuficiências exigido levou a um montante que foi rateado entre Patrocinadoras, Participantes Ativos e Assistidos, com anuência do órgão controlador Patronal, DEST, e do órgão fiscalizador das EFPCs, SPC.

As Patrocinadoras firmaram contratos com a Real Grandeza para pagamento de suas parcelas, cujos saldos devedores estão registrados no Ativo Patrimonial da Entidade.

Fundo Previdencial

Conforme decisão do Conselho Deliberativo em 5/5/2009, amparado por Parecer Atuarial e Jurídico, o valor anteriormente registrado no Fundo Previdencial foi revertido para quitação das Provisões Matemáticas a Constituir, de responsabilidade dos participantes.

Com a implantação do Plano de Custeio Proposto, será criado um Fundo de Oscilação de Riscos, cuja função será suavizar eventuais alterações no plano de custeio.

O Fundo irá acumular a diferença entre a contribuição média e o custo normal do plano, atuarialmente calculado, dado o método de financiamento adotado neste plano. Para 2010, de acordo com os resultados da Avaliação, a constituição mensal seria de 1,42% dos salários de participação.

Eventualmente, caso o custo normal do plano supere a contribuição média, os recursos do fundo serão usados para minimizar ou eliminar a necessidade de aumento de contribuição.

Rentabilidade do Plano

A rentabilidade do Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, calculada pelo método da Taxa Interna de Retorno, atingiu 18,12% no exercício de 2009 que, comparada com a inflação acumulada de 4,11% (INPC/IBGE), resultou na taxa de rentabilidade real no exercício de 13,45%, equivalente a 7,03% acima da meta atuarial.

Alteração Regulamentar

A Fundação Real Grandeza encaminhou proposta de alteração regulamentar à Secretaria de Previdência Complementar, em 25/8/2004, em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 6 de 30/10/2003, à Instrução Normativa SPC nº 5 de 09/12/2003 e à nova nomenclatura introduzida pela Lei Complementar nº 109/2001 de 29/5/2001.

Em 19/7/2007, a Fundação Real Grandeza encaminhou nova proposta de alteração regulamentar à Secretaria de Previdência Complementar em atendimento ao Ofício nº 2277/SPC/DETEC/CGAT de 19/6/2006, à Resolução nº 19 de 25/9/2006 e à Instrução Normativa SPC nº 15 de 18/1/2007.

Informamos que as alterações acima descritas foram aprovadas pela Secretaria de Previdência Complementar através da Portaria n.º 3.256 de 24 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2009.

Conclusão

O custeio previsto para o início de 2010 considera o cenário vigente, com base no Plano de Custeio Especial, definido em 1995, em que as taxas são definidas no regulamento, mantendo o excesso de contribuições em relação ao custo normal do Plano de Benefício Definido que vem sendo observado nos últimos anos.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, com base no plano de custeio vigente, encontra-se em superávit financeiro-atuarial, demonstrado pela reserva de contingência constituída de R\$ 1.043.434.897,00 e pelo excesso de contribuições em relação ao custo normal do plano, que vem sendo utilizado para redução nas obrigações do Plano.

Conforme consta neste parecer, um novo plano de custeio foi aprovado pelo Conselho Deliberativo e está sendo discutido entre a Fundação Real Grandeza e as patrocinadoras, considerando alguns itens recomendados pela então Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e preservando, acima de tudo, o equilíbrio financeiro-atuarial do plano. Contudo, para que as novas taxas de contribuições possam ser efetivamente praticadas, é necessária a aprovação da alteração regulamentar correspondente pelas patrocinadoras, DEST e PREVIC.

Os consultores da Towers Watson que assinam este relatório possuem as qualificações necessárias para emitir as opiniões atuariais aqui contidas e são independentes da entidade e das patrocinadoras registradas neste relatório.

Watson Wyatt Brasil Ltda.,
uma empresa Towers Watson.

São Paulo, fevereiro de 2010.

Luiz Alberto Garcia Alvernaz
MIBA nº 551

Sátyro Florentino Teixeira Neto
MIBA nº 1158

Víviam Microni Macedo Alves
MIBA nº 1982

4.2 PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Avaliamos atuarialmente o Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza, patrocinado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, com o objetivo de identificar sua situação financeiro-atuarial e propor um plano de custeio para o período de abril/2010 a março do ano seguinte.

Na preparação desta avaliação utilizamos informações e dados que nos foram fornecidos pela Fundação Real Grandeza e outras pessoas ou organizações por ela designadas. A avaliação resumida neste relatório envolve cálculos atuariais para os quais são necessárias hipóteses sobre eventos futuros.

Em nossa opinião, todos os métodos, hipóteses e cálculos estão de acordo com as exigências legais, enquanto os procedimentos seguidos e a apresentação dos resultados estão em conformidade com as práticas e princípios atuariais geralmente aceitos. A Fundação Real Grandeza e as Patrocinadoras, em conjunto com a Towers Watson, foram responsáveis pela seleção do método atuarial.

Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde a 31/8/2009. Registramos que não foi realizada auditoria nos dados de participantes, mas o cadastro foi consistido e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais.

Ressaltamos que aplicamos um percentual adicional de 2,8% sobre o Salário Real de Contribuição (SRC) informado pela Fundação Real Grandeza (FRG), para representar o efeito dos adicionais de férias que serão incluídos no cálculo do Salário Real de Benefício (SRB), conforme discutido com a Fundação Real Grandeza.

Hipóteses Atuariais

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2009 e 2008 foram:

Hipótese	2009	2008
Tábua de Mortalidade Geral	AT83*	AT83*
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP2000 Disabled*	RP2000 Disabled*
Tábua de Entrada em Invalidez	Wyatt 85 Class 1*	Wyatt 85 Class 1*
Hipótese Familiar	Ativos: 90% casados e esposa 4 anos mais jovem Assistidos: família informada	Ativos: 90% casados e esposa 4 anos mais jovem Assistidos: família informada
Rotatividade	T-1 Service Table	T-1 Service Table
Taxa Real de Juros	6% a.a.	6% a.a.
Aposentadoria	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade **	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade**
Crescimento Salarial Real	2% para Furnas 1,5% para Real Grandeza 0% para autopatrocinados	2% para Furnas 1% para Real Grandeza 0% para autopatrocinados
Capacidade Salarial	100%	100%
Capacidade de Benefícios	100%	100%
Índice do Plano	IGP - DI	IGP - DI

* Tábuas específicas por sexo.

** Para participantes na 2ª elegibilidade na data da avaliação, as probabilidades de aposentadoria utilizadas foram 70% e 100%.

As hipóteses para esta Avaliação foram recomendadas pela Towers Watson em correspondência de 25/11/2009 e aprovadas pelo Conselho Deliberativo em reunião de 21/12/2009. As Patrocinadoras se manifestaram sobre a hipótese de crescimento salarial em 24/09/2009 (Furnas) e 28/10/2009 (Real Grandeza). As hipóteses demográficas foram baseadas no Estudo de Adêrência elaborado pela Towers Watson para a Fundação Real Grandeza em 2009, exceto em relação à mortalidade geral, uma vez que nenhuma tábua foi considerada aderente a esta premissa. As hipóteses adotadas pela Fundação Real Grandeza atendem ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006. Entendemos que as hipóteses utilizadas nesta avaliação estão dentro do intervalo razoável para a sua finalidade. Contudo, outras hipóteses também são razoáveis e apropriadas e produziram resultados diferentes.

Características do Plano

O Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza é um plano essencialmente de Contribuição Definida

na fase de capitalização, tendo, porém, o Benefício Mínimo e Saldo Projetado em caso de morte e invalidez que caracteriza uma parcela de benefício definido neste plano. Além disso, há a opção de renda vitalícia para os participantes assistidos. Assim, o plano está estruturado na modalidade Contribuição Variável, de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

Resultados

Os resultados apresentados nesta avaliação refletem uma Provisão Matemática Total de R\$ 167.522.913,26, posicionada em 31/12/2009. A parcela correspondente aos benefícios de risco é de R\$ 17.039.428,00 e os benefícios concedidos totalizam R\$ 3.354.810,97. O custo dos benefícios de risco para 2010 equivale a 0,64% do total dos Salários de Contribuição.

As Provisões Matemáticas correspondentes em 31/12/2009 estão detalhadas no quadro a seguir:

		Valores em R\$ 1,00
2.3.1.0.00.00	Provisões Matemáticas	167.522.913,26
2.3.1.1.00.00	Benefícios Concedidos	3.354.810,97
2.3.1.1.01.00	Benefícios do Plano	3.354.810,97
	Aposentadorias:	1.042.100,48
	Vitalícia:	584.703,00
	Não Vitalícia:	457.397,48
	Aposentadoria por Invalidez:	275.726,38
	Vitalícia:	190.144,97
	Não Vitalícia:	85.581,41
	Pensão:	2.036.984,11
	Vitalícia:	1.725.935,00
	Não Vitalícia:	311.049,11
2.3.1.2.00.00	Benefícios a Conceder	164.168.102,29
2.3.1.2.01.00	Benefícios Plano Geração Atual	173.727.240,87
2.3.1.2.01.01	Contribuição Definida	156.687.812,87
2.3.1.2.01.02	Benefício Definido	17.039.428,00
	Aposentadorias:	0,00
	BPD:	0,00
	Aposentadoria por Invalidez:	9.398.373,00
	Pensão:	7.641.055,00



		Valores em R\$ 1,00
2.3.1.2.03.00	Outras Contribuições da Geração Atual	(9.559.138,58)
2.3.1.3.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.3.01.00	Serviço Passado	0,00
	Benefícios Concedidos:	0,00
	Benefícios a Conceder:	0,00
2.3.1.3.02.00	Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.3.03.00	Por Ajustes Contrib. Extraordinárias	0,00
2.4.0.0.00.00	Reservas e Fundos	6.081.331,85
2.4.1.0.00.00	Equilíbrio Técnico	0,00
2.4.1.1.00.00	Resultados Realizados	0,00
2.4.1.1.01.00	Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.4.1.1.01.01	Reserva de Contingência:	0,00
2.4.1.1.01.02	Reserva para Revisão do Plano:	0,00
2.4.2.0.00.00	Fundos	6.081.331,85
2.4.2.1.00.00	Programa Previdencial	0,00
2.4.2.3.00.00	Programa Administrativo	5.827.599,41
2.4.2.4.00.00	Programa de Investimentos	253.732,44

Situação Financeiro-Atuarial

O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano de Contribuição Definida é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2009:

	Valores em R\$ 1,00
Ativo Total	173.782.386,75
Exigível Operacional	(178.141,64)
Exigível Contingencial	0,00
Fundos	(6.081.331,85)
Ativo Líquido Previdencial	167.522.913,26

O Ativo Líquido Previdencial do Plano corresponde à soma das Provisões Matemáticas, atuarialmente calculadas, resultando em um equilíbrio atuarial.

O ativo informado não foi auditado ou objeto de análise pela Towers Watson a respeito da qualidade dos investimentos.

Plano de Custeio

O plano de custeio vigorará de abril/2010 a março/2011.

Segmento Contribuição Definida

O Plano Anual de Custeio, de acordo com a Seção 5 do Regulamento do Plano, prevê as seguintes contribuições:

- Contribuição básica de Participante, correspondentes a 2,0% do seu Salário de Contribuição mais um percentual, à sua escolha, entre 4,5% e 10,0% da parcela do seu Salário de Contribuição excedente a 7 Unidades de Referência (URs). O valor da UR em 31/12/2009 é R\$ 249,10.
- Contribuição voluntária de Participante, limitadas a 10,0%, desde que efetue contribuições básicas.
- Contribuição esporádica de Participante, em valor não inferior a 3 URs, nem superior a 5 vezes seu salário de contribuição.
- Contribuição regular da Patrocinadora, equivalente à Contribuição básica de Participante, descontando-se a Contribuição específica e a Contribuição complementar da Patrocinadora.
- Contribuição complementar da Patrocinadora, destinada ao financiamento das despesas administrativas do plano.

A contribuição complementar, de 10,67% do valor da contribuição básica do participante, será descontada da contribuição da patrocinadora, representando 0,84% da Folha de Salários Reais de Contribuição.

No exercício de 2009, com base no cadastro de agosto/2009 informado pela Fundação Real Grandeza, observou-se uma contribuição média de 13,86% do salário para aposentadoria programada, considerando contribuição regular das patrocinadoras e contribuição básica dos participantes.

Segmento Benefício Definido

Para 2009, o desconto da contribuição específica será de 0,64%, correspondente à parcela relativa aos benefícios de risco do plano.

O regulamento aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) em 29/12/2009, prevê o pagamento do Saldo Projetado aos autopatrocinados e consequente cobrança da contribuição específica destes. Assim, este percentual de contribuições específicas deve ser cobrado também dos autopatrocinados.

Dívidas Contratadas

Não identificamos, no balancete do Plano de Contribuição Definida, nenhuma dívida contratada com as patrocinadoras do Plano.

Provisões Matemáticas a Constituir

Não há registro de provisões matemáticas a constituir para o Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza.

Rentabilidade do Plano

A rentabilidade do Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza, calculada pela variação da cota, atingiu no exercício de 2009 o percentual de 23,89% que, comparada com a inflação acumulada de -1,44% (IGP-DI), resultou na taxa de rentabilidade no exercício, líquida de inflação, de 25,69%.

Alteração Regulamentar

A Fundação Real Grandeza encaminhou proposta de alteração regulamentar à Secretaria de Previdência Comple-

mentar, em 25/8/2004, em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 6 de 30/10/2003, à Instrução Normativa SPC nº 5 de 09/12/2003 e à nova nomenclatura introduzida pela Lei Complementar nº 109/2001 de 29/5/2001.

Em 19/7/2007, a Fundação Real Grandeza encaminhou nova proposta de alteração regulamentar à Secretaria de Previdência Complementar em atendimento ao Ofício nº 2279/SPC/DETEC/CGAT de 19/6/2006, à Resolução nº 19 de 25/9/2006 e à Instrução Normativa SPC nº 15 de 18/1/2007.

Informamos que as alterações acima descritas foram aprovadas pela Secretaria de Previdência Complementar através da Portaria n.º 3.255 de 24 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2009.

Conclusão

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza encontra-se em equilíbrio financeiro-actuarial.

Os consultores da Towers Watson que assinam este relatório possuem as qualificações necessárias para emitir as opiniões atuariais aqui contidas e são independentes da entidade e das patrocinadoras registradas neste relatório.

Watson Wyatt Brasil Ltda., uma empresa Towers Watson.

São Paulo, março de 2010.

Luiz Alberto Garcia Alvernaz
MIBA nº 551

Sátyro Florentino Teixeira Neto
MIBA nº 1158

Víviam Microni Macedo Alves
MIBA nº 1982

4.3 PLAMES

Para a obtenção dos resultados que compõe esta Avaliação, tomamos por base a Metodologia Atuarial constante na Nota Técnica registrada junto aos órgãos governamentais competentes e informações fornecidas pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social no que concerne a dados cadastrais e movimentações de utilizações do Plames – Plano de Assistência à Saúde, os quais foram analisadas pela sua consistência, sendo consideradas suficientes e completas.

Os Planos serão custeados por contribuições mensais de seus respectivos beneficiários, na modalidade de pré-pagamento, conforme os valores apresentados no Plano Anual de Custeio que apresenta a necessidade de um reajuste linear médio de 26,03% (vinte e seis inteiros e três centésimos por cento) sobre as mensalidades adotadas em 2009. Para a determinação deste percentual, foi considerado a transferência de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) do Fundo de Assistência Médica para o FESP – Fundo Especial do PLAMES (conforme decisão do Conselho Deliberativo – RC nº 002/184, de 08/02/2010) e um prazo de 4 (quatro) anos de duração estimada do FESP. Esses valores deverão ser reavaliados atuarialmente com uma periodicidade não superior a 12 (doze) meses, ou sempre que fatores externos assim o determinem.

Alertamos para o fato de que a opção pelo reajuste linear para todos os planos e categorias, mesmo sendo de mais fácil aplicação e divulgação, além de aumentar a defasagem entre custo e mensalidade nos Planos Básico e Especial (Assistidos e Agregados) poderá tornar os preços dos Planos Executivo e Executivo Plus (Assistidos e Agregados) superiores aos praticados no mercado, gerando uma evasão de beneficiários e, por conseqüência, uma anti-seleção de risco, afetando o equilíbrio do Plano de Custeio proposto. Por este motivo é apresentado uma alternativa de custeio com reajustes diferenciados por plano e faixa de remuneração do beneficiário titular.

Considerando que o Conselho Deliberativo da Fundação, em reunião de 08/02/2010 (RC nº 002/184), além da transferência de recursos entre Fundos (acima citado), estabeleceu uma meta de redução de custo do PLAMES de 5% (cinco por cento) em função do programa de otimização em implantação, a manutenção da atual sistemática de cobrança das mensalidades por faixa etária e plano com um percentual

de reajuste maior para os Planos Básico e Especial para atenuar o déficit e fixou o prazo de duração do FESP em 3 (três) anos, o reajuste linear médio a ser aplicado sobre as tabelas de mensalidade é de 15,49% (quinze inteiros e quarenta e nove centésimos por cento), sendo que os Planos Básico e Especial serão reajustados linearmente em 18,50% (dezoito inteiros e cinquenta centésimos por cento) e os Planos Executivo e Executivo Plus em 14,00% (quatorze por cento).

Acrescentamos que se o processo de otimização de custos, em implantação pela Fundação, não resultar na economia mínima de 5% (cinco por cento) do custo total do PLAMES (conforme parâmetro estabelecido pela RC nº 002/184), o Plano de Custeio apresentado anteriormente poderá se tornar deficitário, necessitando utilizar os recursos financeiros do Fundo de Assistência Médica para honrar seus compromisso com a rede de prestadores de serviço.

Em consonância com o regulamento do Plames, o Plano Anual de Custeio, vigente para o período de abril de 2010 a março de 2011, contempla as contribuições mensais dos beneficiários para a cobertura dos custos de Assistência à Saúde e para o Fundo de Grandes Riscos, classificadas por faixa etária, categoria e modalidade de plano. A receita média mensal esperada, oriunda da aplicação do Plano de Custeio proposto, será de R\$ 6.977.595,23 (seis milhões, novecentos e setenta e sete mil, quinhentos e noventa e cinco reais e vinte e três centavos).

Para o custeio da parcela em pré-pagamento do Plames, estimamos que será necessária uma receita média mensal de R\$ 8.766.370,80 (oito milhões, setecentos e sessenta e seis mil, trezentos e setenta reais e oitenta centavos). Portanto, estimamos um desembolso médio mensal de custeio, a ser suportado pelo FESP – Fundo Especial do Plames, de R\$ 1.788.775,57 (um milhão, setecentos e oitenta e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos) para equilibrar o custeio dos Planos. De acordo com as hipóteses de longo prazo formuladas, estimamos que o saldo ajustado do FESP de R\$ 54.703.019,20 (cinquenta e quatro milhões, setecentos e três mil, dezenove reais e vinte centavos), contabilizado em dezembro/2009 (com a transferência entre fundos), será suficiente para custear parcialmente o Plames por 3 (três) anos.

Identificamos que a defasagem entre receitas e despesas do Plano de Custeio proposto para abril/2010 a mar-

ço/2011 é de 20,40% (vinte inteiros e quarenta centésimos por cento), o que poderá ensejar, para 2011, um reajuste específico para a recomposição do FESP, a ser adicionado aos percentuais de reajuste de sinistralidade de cada um dos Planos. Em função da resposta da Fundação ao Relatório de Fiscalização – SPC nº. 006/2007/ESRJ, sugerimos que o horizonte temporal de duração do FESP de 4 (quatro) anos seja mantido a cada reavaliação atuarial do Plano. A sistemática de co-participação nos serviços utilizados, a regra de reajuste das mensalidades em função da sinistralidade e do incremento dos custos assistenciais e operacionais também deverão ser mantidas.

Os Recursos Próprios Mínimos, suficiente para o cumprimento das regras de Patrimônio Mínimo Ajustado e Margem de Solvência estabelecidos, pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, conforme Resolução Normativa – RN nº. 160 em 3 de julho de 2007, correspondem, em dezembro/2009, ao valor de R\$25.565.867,17 (vinte e cinco milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e sete reais e dezessete centavos). O Patrimônio Líquido / Social da Fundação deverá, a qualquer tempo, apresentar um valor igual ou superior ao resultado obtido pelas regras constantes na legislação supra citada. Considerando que, em dezembro/2009, os valores contabilizados no Fundo de Assistência Médica (líquido da transferência para o FESP), no Fundo de Grandes Riscos e na Reserva de Contingência perfaziam, respectivamente, R\$ 16.071.554,97 (dezesseis milhões, setenta e um mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e noventa e sete centavos), R\$8.339.014,89 (oito milhões, trezentos e trinta e nove mil, quatorze reais e oitenta e nove centavos) e R\$ 14.482.214,67 (quatorze milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, duzentos e quatorze reais e sessenta e sete centavos), totalizando R\$38.892.784,53 (trinta e oito milhões, oitocentos e noventa e dois mil, setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e três centavos), entendemos que esta regra de patrimônio mínimo estabelecida pela ANS está plenamente satisfeita, ensejando, somente, alterações nas contas em que estão contabilizados em função das Instruções Normativas específicas aplicáveis às Operadoras de Autogestão que são Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC. Eventuais diferenças, se verificadas em função da atualização mensal destes valores, deverão ser ajustadas no Fundo de Assistência Médica.

A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA, estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorridos e que não tenham

sido registrados contabilmente pela Operadora, foi dimensionada, com base em dezembro/2009, em R\$ 9.708.692,44 (nove milhões, setecentos e oito mil, seiscentos e noventa e dois reais e quarenta e quatro centavos). A Provisão de Risco, a ser calculada mensalmente, deverá ser equivalente a 50% (cinquenta por cento) da média mensal das contraprestações emitidas líquidas (receitas de mensalidades), nos últimos três meses, foi estimada em R\$ 4.252.575,83 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos), com base em dezembro/2009. Conforme critérios estabelecidos na Resolução Normativa - RN nº. 160/2007 apresentados nesta Avaliação Atuarial, a Operadora deverá constituir a Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) e a Provisão de Risco, integral e mensalmente, atualizando o valor calculado da referida provisão de acordo com as regras vigentes. A contabilização destas provisões deverá obedecer as Instruções Normativas específicas da DIOPE/ANS. Acrescentamos que a partir de janeiro/2010, a Operadora deverá observar as regras estabelecidas na Resolução Normativa – RN nº 206/2009, a qual, dentre outras providências, extingue a Provisão de Risco, revertendo seu saldo para a conta de resultado da variação de provisões técnicas – provisão de risco, transferindo o valor vinculado à ANS para a PEONA, bem como as regras da Resolução Normativa nº 209/2009, no que se refere a Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar. Para a vinculação dos Ativos Garantidores das Reservas Técnicas, a Fundação Real Grandeza deverá observar as regras contidas na Resolução Normativa – RN nº 159/2007 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O Fundo de Grandes Riscos, destinado a cobrir os valores dos eventos que se situarem entre R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) será custeado por contribuições mensais dos beneficiários, proporcionais à respectiva contribuição ao Fundo Assistencial. A contribuição mensal média per capita calculada para esse fundo é de R\$ 9,84 (nove reais e oitenta e quatro centavos), valor este que deverá ser reavaliado anualmente em função do nível de sinistralidade que vier a ser verificado.

Em função do parágrafo único do Art. 15 da Lei nº 9.656/98 e do Art. 15 da Lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso) que proíbem a variação das contraprestações pecuniárias para consumidores com 60 (sessenta) anos ou mais de idade, se já participaram do mesmo plano, ou sucessor, há mais de 10 (anos); do Art. 2º da Resolução Normativa RN nº 63 determina a adoção de 10 faixas etárias; dos incisos I e II do Art. 3º da mesma resolução determinam que o valor fixado para a

última faixa etária não poderá ser superior a 6 (seis) vezes o valor da primeira faixa etária e que a variação acumulada entre a sétima e a décima faixa etária não poderá ser superior à variação acumulada entre a primeira e a sétima faixa, efetuamos ajustes nos valores das mensalidades com o objetivo de redistribuir os custos entre as faixas etárias para adequação à legislação supra citada.

Os Patrocinadores disponibilizarão sua estrutura administrativa, técnica e rede credenciada ou referenciada, assumindo, dessa forma, o custeio das despesas com administração do plano.

Em conformidade com a Instrução Normativa nº 08, de 30/12/2002 e a Resolução Normativa RN nº 63, de 22/12/2003, que alterou a Resolução RDC nº 28, e a fim de

que o resultado final reflita, com exatidão, no preço do produto calculado atuarialmente, foi efetuado ajuste nos valores totais das despesas assistenciais, os quais foram incorporados, para fins de demonstração, na coluna "S" do anexo II-B NTRP, conforme Instrução Normativa supra citada.

Por fim, salientamos que os resultados desta Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações nas bases técnicas, premissas e hipóteses utilizadas para os cálculos e que, modificações futuras destes fatores, bem como majorações nos custos ou aumento da utilização dos serviços médicos, hospitalares, medicamentos e materiais cobertos pelos Planos, alteração no Rol de Procedimentos da ANS e adesões e exclusões de Beneficiários, poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais apresentados.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2010.

ACTUARIAL – Assessoria e Consultoria Atuarial

Luiz Fernando Vendramini
Atuário - Miba 1307

5. Alterações nos Regulamentos

A Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou as alterações dos regulamentos do Plano Saldado de Benefícios, do Plano de Contribuição Definida e do Plano de Benefício Definido, por meio das Portarias nº 3.254, nº 3.255 e nº 3.256, respectivamente, de 24 de dezembro de 2009, com vigência a partir da publicação, efetuada no Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2009.

Desde 2003 a Real Grandeza vem trabalhando no processo de aprovação desses textos regulamentares para adequá-los, principalmente, às Resoluções CGPC nº 06 de 30.10.2003 e nº 19 de 25.09.2006 que disciplinaram os seguintes institutos: benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio.

Além disso, as alterações objetivam também o atendimento a exigências da SPC e do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

Quanto ao Plano Saldado, foi criado em 2002 como uma alternativa para os participantes do Plano BD. O processo de migração para o referido Plano foi interrompido em função de uma Antecipação de Tutela concedida pela Justiça à Após-Fornas, ainda em vigor. Os termos de adesão ao Plano Saldado perderam a validade e a eficácia em maio de 2003.

Apesar de fechado para adesões, o Plano Saldado também teve que ser adaptado à nova legislação por exigência da SPC (Secretaria de Previdência Complementar) por ainda constar do Cadastro Nacional do Plano de Benefícios (CNPB).

Os conceitos básicos dos quatro novos institutos

Benefício proporcional diferido (Vesting) – Faculta ao participante, após o término do vínculo empregatício, cessar o pagamento das contribuições previdenciárias e optar por receber, em tempo futuro, o seu benefício de aposentadoria;

Portabilidade – Possibilita ao participante, após o término do vínculo empregatício, a transferência dos recursos financeiros correspondentes ao seu direito acumulado para outro plano de benefícios de caráter previdenciário;

Resgate – Permite que o participante, após o término do vínculo empregatício, possa contar com o recebimento da totalidade das contribuições vertidas ao plano de benefícios pelo participante, descontadas as parcelas do custeio administrativo e do benefício de risco;

Autopatrocínio – Faculta ao participante, a manutenção do valor da sua contribuição e a do patrocinador, no caso da perda parcial ou total (término do vínculo empregatício) da remuneração recebida.

6. Composição da Administração

Conselho Deliberativo

Membros Efetivos

Victor Albano da Silva Esteves – Presidente
Attila de Castro (A partir de 07/10/2009)
Geovah Ubirajara A. Machado
Horácio de Oliveira
Luiz Roberto Bezerra (A partir de 20/02/2009)
Wilson Neves dos Santos
Enio Silveira Junior (Até 13/01/2009)
Francisco Carlos Schemberg (Até 17/06/2009)*

Membros Suplentes

Roberto Mendonça Mansur
Luiz Carlos Barros Campbell
Henrique Pimentel Trigueiro
Luiz Carlos Abranches
Edson Franco Belga de Medeiros
Pedro de Oliveira Trotta
Attila de Castro (Até 06/10/2009)
Eduardo Henrique Garcia (De 07/07/2009 até 28/12/2009)
Ronaldo Nahar Neder (Até 19/02/2009)
Marcus Vinicius Vaz (Até 18/02/2009)
Roberto Kurrik (Até 06/10/2009)

Conselho Fiscal

ATÉ 14/04/2009

Membros Efetivos

Julio Souza Reis – Presidente
Nelson Bonifácio Pereira
Nestor Domingos Rodrigues
Caio Pompeu de S. Brasil Neto

Membros Suplentes

Luiz Alves do Prado
Willy Corrêa Ramos
Sérgio Augusto Terra
Maria Cristina Moreira Rego

A PARTIR DE 15/04/2009

Membros Efetivos

Nelson B. Pereira - Presidente
Júlio Souza Reis
Caio Pompeu de Souza Brasil Neto
Nestor Domingos Rodrigues

Membros Suplentes

Luiz Alves do Prado
Willy Corrêa Ramos
Maria Cristina Moreira Rego
Sérgio Augusto Terra

* Lamentavelmente, o conselheiro Francisco Carlos Schemberg faleceu no dia 17 de junho de 2009. Schemberg ingressou em Furnas em 1985. Em setembro de 2005 foi eleito pelos participantes para o Conselho Deliberativo, aonde teve atuação destacada como coordenador do grupo que promoveu a revisão do Estatuto e na condução dos trabalhos de criação do Manual de Princípios de Governança Corporativa da Real Grandeza. Em seu lugar assumiu o suplente, Attila de Castro, que, após completar aquele mandato, foi eleito como Membro Efetivo, a partir de 7 de outubro.

Diretoria Executiva

Sérgio Wilson Ferraz Fontes
Aristides Leite França (A partir de 16/11/2009)
Diretor-Presidente

Ricardo Carneiro G. Nogueira
Diretor de Investimentos

Roberto de Carvalho Panisset
Diretor de Seguridade

Celso Antonio Guimarães
Diretor de Administração e Finanças

Alzira Silva de Souza
Tania Vera da S. Araujo Vicente (A partir de 13/10/2009)
Diretora-Ouvidora

RS REAL GRANDEZA

Fundação de Previdência e Assistência Social



Fundação de Previdência e Assistência Social

Rua Mena Barreto, nº 143
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22.271-100
Telefone: (21) 2528-6800
www.frg.com.br e-mail: grp@frg.com.br